

Existe uma clara linha divisória, nem sempre percebida nitidamente, entre a moral e o moralismo. Aquela, grosso modo, revela um conjunto de valores e princípios que deve reger a conduta humana, variando no espaço e no tempo. Todas as sociedades, em algum momento de sua história, adotaram determinadas normas de comportamento, não raro resultantes de práticas multisseculares, as quais reputaram essenciais para a convivência harmônica de seus integrantes.

Embora destituída de sanções materiais, a moral corresponde a um código de procedimentos que sujeita os transgressores à reprovação, velada ou explícita, dos membros da coletividade a que pertencem, acarretando, por vezes, a própria exclusão dos recalcitrantes de seu convívio.

Já o moralismo representa uma espécie de patologia da moral. Enquanto nesta há um certo consenso das pessoas no tocante à distinção entre o certo e o errado, no moralismo alguns poucos buscam impor aos outros seus padrões morais singulares, circunscritos a certa época, religião, seita ou ideologia. Os que discordam são atacados por meio de injúrias, calúnias ou difamações e até agressões corporais. No limite, são fisicamente eliminados. Paradoxalmente, quase sempre os moralistas deixam de praticar aquilo que exigem dos demais.

(Ricardo Lewandowski – Ministro do Supremo Tribunal Federal – Trecho de entrevista concedida à Tribuna do Advogado, órgão oficial da Seccional do Estado do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OABRJ), Junho de 2018, páginas 06 e 07).

Eu estou lendo “Après le concile de Trente, La RESTAURATION catholique/1563-1648”. Léopold Willaert, o autor, traz à baila a parábola da figueira (Lucas, XIII, 07-09), registrando:

*Diante da árvore doente da Igreja, duas atitudes, duas escolas, querem, de modo passional, restaurar-lhe a saúde: uns, pessimistas impacientes, angustiados com a planta que julgam envenenada, ordenam, como o proprietário da figueira: « Cortem-na logo! ». Ou, ao menos, para restaurar as raízes sadias, querem cortar a árvore ao rés do chão. Ou ainda, para continuar a parábola, pretendem curar a árvore, nela enxertando algo que lhe é estranho. Os outros, confiantes no futuro e na sua seiva, respondem como o vinhateiro. « Deixem-na um pouco mais. Eu (sic) a adubarei... Talvez ela dê frutos no próximo ano. » (Op. Cit. pg. 21 ao início – Tradução minha)*

À guisa de orientação, reproduzo Lucas, XIII, 7-9:

Na Bíblia de Jerusalém:

Então disse ao vinhateiro: 'Há três anos que venho buscar frutos nesta figueira e não encontro. Corta-a; por que há de tornar a terra infrutífera?' Ele, porém, respondeu: 'Senhor, deixa-a ainda este ano para que cave ao redor e coloque adubo. Depois, talvez, dê frutos... Caso contrário, tu a cortarás'.

Em João Ferreira de Almeida:

7 – Pelo que disse ao vinhateiro: 'Há três anos venho procurar fruto nesta figueira, e não acho; pode cortá-la; para que está ela ainda ocupando inutilmente a terra?

8 – Ele, porém, respondeu: Senhor, deixa-a ainda este ano, até que eu escave ao redor dela e lhe ponha estrume.

9 – Se vier a dar fruto, bem está; se não, mandarás cortá-la.

Sábio o vinhateiro. Assoma o desejo e prática de benefícios sem esforços, a ânsia por frutos sem trabalho, sem adubar a figueira; antes, o adubo é colocado em árvores que dele não necessitam de fato. Comandos adequados deveriam ser providos, além de recursos para o seu implemento. É mais fácil para a incúria cortar as figueiras não adubadas, que por

falta dos meios corretos, não dão frutos. Isso atende melhor a propósitos e interesses estranhos ao modo natural de existência das coisas.

Do artigo anterior restou um ‘e’ sem o devido acento. Deixe-se ficar, é claro o sentido da frase. Deve prevalecer o que é relevante de verdade: Neste começo de semana avultou a votação da desoneração de 11 (onze) setores da Economia. Por primeiro, há de observar-se, com base nas renúncias de receita já existentes, a par de outros benefícios ao empresariado — um polpudo percentual do PIB —, que essas desonerações tornam-se permanentes, transferindo dinheiro do contribuinte, do cidadão sem emprego e desiludido de consegui-lo, dolorosamente pago no bojo do preço quando, e se, consegue comprar, por exemplo, um pouco de arroz e feijão, para os senhores da Economia, ampliando a concentração de renda, alargando as distâncias sociais e empurrando mais para baixo do abismo já verificado as camadas menos favorecidas da Sociedade.

Assistência aos empresários se deve dar com condições operacionais adequadas e baixos juros, havendo estes últimos, em termos de Brasil, já caído a patamares razoáveis. Tais juros baixos não chegam à Economia porque os bancos, a pretextos diversos, não deixam. A Administração tem mecanismos suficientes para força-los a repassar ao mercado as Taxas do Comitê de Política Monetária, mas, inexplicavelmente, não os utiliza, transformando as reduções SELIC em miragens, puro estardalhaço promocional. Daqui a pouco voltarão as cantilenas da Previdência, quando todos os recursos de que o país precisa para cobrir o seu déficit está na transferência de riqueza dos pobres para os ricos por conta de desonerações e vantagens diversas, que, sob ótica elitista, equivocada e distorcida devem ser financiadas com mais sacrifícios da população.

E ainda com vistas ao artigo anterior, ademais de tratar-se de assunto recorrente no blog pela perversidade do seu tema, a recente decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo no sentido de negar a esterilização de uma senhora sem teto, dá a medida da brutalidade com que são tratados os segmentos *inferiores* da elitista Sociedade brasileira. O escopo do pedido, negado pelo Judiciário, é confirmação da crueldade e desumanidade oficial contra os desassistidos. A Reserva de selvagens, assim entendida pela minoria que detém o prestígio e o domínio econômico sobre o país, de populações já sem saúde e faminta — de onde os salões perfumados dessa minoria pensam que os desesperançados de buscar trabalho, milhões deles, tiram recursos para comer e dar de comer decentemente aos seus dependentes? —, à solta por ruas, bairros e favelas sem qualquer assistência direta e efetiva, já, também, não fora a proteção do Judiciário, não teriam direito, à luz de certa ótica, sobre o próprio corpo; querem-na esterilizar à força, brutalmente, à pretensão de medida socialmente justa. Uma aberração, como definida a questão pelo último refúgio das cidadãs e cidadãos espoliados dos seus mais elementares direitos.

A constatação, como da epígrafe: Paradoxalmente, quase sempre os moralistas deixam de praticar aquilo que exigem dos demais.

